

MARXISMO, LUTA DE CLASSES E OPRESSÕES: A EDUCAÇÃO EM QUESTÃO¹

MARXISMO, OPRESIONES CLASES Y LUCHA: EDUCACIÓN EN CUESTIÓN

MARXISM, CLASS STRUGGLE AND OPPRESSIONS: THE QUESTION OF EDUCATION

Edna Bertoldo²

Resumo: O presente artigo busca responder à seguinte questão: nos dias atuais, a luta de classes pode ser analisada da mesma forma como Marx e Engels conceberam? No debate contemporâneo predomina a compreensão de que a análise marxiana da luta de classes, centrada no antagonismo entre burguesia e proletariado, precisa ser superada por ser insuficiente para explicar a problemática do mundo atual. Em contraposição a esta perspectiva, resgata-se a atualidade da concepção ontológica marxiana da luta de classes que ao partir da análise do capitalismo na sua essência, possibilita compreender que a superação das classes sociais, da luta de classes e, por conseguinte, da desigualdade na educação, só pode se efetivar com a transformação radical da sociedade.

Palavras-chave: Luta de classes. Classes sociais. Educação.

Resumen: En este artículo se pretende responder la siguiente pregunta: puede la lucha de clases ser analizada hoy de la misma manera como Marx y Engels la concibieron? En el debate contemporáneo domina el entedimiento de que el análisis marxista de la lucha de clases, centrado en el antagonismo entre burguesía y proletariado, debe ser superado ya que es insuficiente para explicar los problemas del mundo atual. En contraposición a esta perspectiva se rescata la concepción ontológica marxista de la lucha de clases. Partiendo del análisis de la esencia del capitalismo se puede comprender que la superación de las clases sociales, de la lucha de clases y, por tanto, de la desigualdad en la educación, solo puede ser eficaz con la transformación radical de la sociedad.

Palabras clave: Clases sociales. Lucha de clases. Educación.

Abstract: The study seeks to answer the following question: might class struggle be, nowadays, analyzed in the same fashion Marx and Engels once conceived it? The contemporary debate is dominated by the understanding that Marxian analysis of class struggle, based upon the antagonistic relations between bourgeoisie and proletariat, is not sufficient to explain the problems of the present world, therefore, ought to be overcome. Contrary to this perspective, it is reaffirmed the present validity of Marxian ontological conception of class struggle, which, retrieves capitalism in its essence, allowing for the comprehension that the overcoming of social classes, class struggle, and, moreover, education inequalities, may only be achieved through the radical transformation of society.

Key-words: Class struggle. Social classes. Education.

Introdução

A luta de classes pode ser analisada, nos dias atuais, da mesma forma como Marx e Engels conceberam?

No debate marxista mais recente, nos deparamos com a tentativa de um “retorno” a esta categoria,³ com a pretensão de superar o ponto de vista da chamada esquerda “radical”, a partir da retomada da concepção de Marx e Engels para esclarecer o mundo atual, a exemplo de Domenico Losurdo,⁴ historiador da filosofia e professor emérito da Universidade de Urbino, na Itália. O “retorno” à referida categoria pelo autor italiano consiste em evidenciar o erro, generalizado entre a esquerda, de que a

luta de classes se dá entre a burguesia e o proletariado. Para ele, não se pode reduzir a luta de classe à contradição entre estas classes porque os fundadores do materialismo histórico utilizaram no *Manifesto do Partido Comunista* a expressão no plural, ou seja, *lutas* de classe. Neste sentido, ele entende que para Marx e Engels existem três formas de *lutas* de classe: a primeira, consiste na opressão da mulher; a segunda, é aquela que se dá entre burguesia e proletariado, sendo esta a que mais tem se destacado; e a terceira é a continuidade da batalha anticolonialista.⁵

Poulantzas, na obra *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1978), também entende que cabe ao marxismo reexaminar a luta de classes no final do século XX para além da contradição burguesia e proletariado, levando em conta as alianças entre grupos diversos “que dirigem a vida econômica e a sociedade” e outros que “são subordinados e dirigidos” (apud BOTTMORE, 1983, p. 224).

Outro autor, de grande expressão internacional, David Harvey, também comunga destas ideias ao defender que a possibilidade de criar uma alternativa superior ao capitalismo exige a superação da concepção da esquerda tradicional segundo a qual a produção é a forma dominante, sendo a fábrica o *locus* por excelência em que a luta de classe se dá. Na obra *O enigma do capital* (2011), ao criticar esta perspectiva, afirma que:

A ala obreirista da tradição marxista, de modo distinto, trata o processo de trabalho como a única posição a partir da qual a mudança verdadeiramente revolucionária pode vir, pois o poder real do trabalho de mudar o mundo está exclusivamente no ato do labor. (HARVEY, 2011, p. 112).

Na opinião do autor (idem, p. 77), “a libertação do conceito de produção de seus confinamentos habituais” é uma necessidade posta nos dias atuais para que o trabalho possa enfrentar o capital com alguma possibilidade de sucesso.

Esta perspectiva de análise é predominante no debate atual, evidenciando que se trata de um tema polêmico e de extrema importância que está na ordem do dia não por razões puramente de natureza teórica, mas pela necessidade real posta nos dias de hoje: a intensificação da exploração do homem pelo homem, resultando numa crescente concentração da riqueza nas mãos de poucos.

A análise que pretendemos realizar tem como ponto de partida a resposta à questão inicialmente levantada com base na ontologia marxiana, buscando em seguida, refletir a problemática da educação contemporânea no contexto da luta de classes.

Constituição histórica das classes sociais

A resposta à questão se a luta de classes pode ser analisada, nos dias atuais, da mesma forma como Marx e Engels conceberam, principia pela gênese da luta de classes. Antes, porém, é preciso fazer uma observação muito importante antes de discorrermos sobre o assunto. Trata-se de retirar de Marx a acusação que pesa sobre seus ombros de que foi ele quem criou as categorias classes sociais e luta de classes.

Isto pode ser comprovado a partir de uma carta de Marx remetida a Weydemeyer,⁶ em 5 de março de 1852, e publicada por Mehring⁷ em 1907, em que ele esclarece:

[...] No que me concerne, não me cabe o mérito de haver descoberto, nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a *determinadas fases de desenvolvimento da produção*; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à *ditadura do proletariado*; 3) que essa própria ditadura nada mais é que a transição à *abolição de todas as classes* e a uma *sociedade sem classes*. [...] (MARX; ENGELS, s/d, p. 253-254, grifo do autor).

Portanto, a autoria da descoberta da existência das classes e da luta que travam entre si, deve ser remetida aqueles contra os quais Marx divergiu radicalmente: os historiadores e economistas burgueses.⁸

Marx, embora não tenha se debruçado especificamente sobre a categoria classes sociais, é impossível não encontrar nos seus escritos referências à questão. Melhor dizendo, não é possível adentrar em sua teoria sem levar em conta a importância das classes e da luta de classes, uma vez que a sociedade analisada por ela, a capitalista, tem na produção de mercadoria para a venda com o fim de obter lucro a sua célula vital, que resulta de um processo que pressupõe uma relação antagônica entre vendedor de força de trabalho, de um lado, e comprador de meios de produção e de força de trabalho, de outro.

Mas o que vem a ser classes sociais? Que critérios definem o pertencimento dos indivíduos em classes diferentes?

Lenin deu um passo importante no esclarecimento desta questão ao afirmar:

Chamamos classes sociais aos grupos de homens que se diferenciam entre si pelo *lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social*, pela sua *relação* (a maior parte das vezes fixada e consagrada pelas leis) *com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho* e, portanto, pelos *modos de obtenção*, pela importância da parte *das riquezas sociais* de que dispõem. (LENIN, apud ILAESE, 2005, p. 31, grifo nosso).

Nesta citação de Lenin podemos apreender 3 critérios que definem o pertencimento dos indivíduos a determinadas classes: 1) o lugar que eles ocupam em cada modo de produção; 2) a relação com os meios de produção; 3) o papel que ocupam na organização social do trabalho isto é, os modos de apropriação da riqueza social. Vamos verificar a veracidade destes critérios, ainda que de forma breve, em cada formação social.

No *modo de produção primitivo*, todos os indivíduos ocupavam a mesma posição no processo de produção, isto é, todos trabalhavam, todos eram sujeitos ativos na produção da existência daquela sociedade. Para fins de ilustração, tomemos as palavras de Marx (apud LEACOCK, 2012, p. 230) quando diz que “o trabalhador é o proprietário e o proprietário trabalha”.

Portanto, nesta sociedade, havia algo comum a todos os indivíduos: eram produtores da riqueza social. Como esclarece Ponce, citando Bucárin (2001, p. 22), uma classe social se define quando “um conjunto de indivíduos que desempenham a mesma função na produção, e que têm, na produção, idênticas relações com os indivíduos e os meios de trabalho”.

Esta forma de trabalho na sociedade primitiva cujas relações com os meios de produção estão assentadas em relações de cooperação, resulta na constituição da propriedade coletiva. Isto explica porque a apropriação da riqueza socialmente produzida pelos produtores tem um caráter coletivo.

O incessante desenvolvimento da produtividade propiciou o surgimento do excedente,⁹ das trocas, do emprego da força de trabalho, caracterizando assim, “o fundamento dos antagonismos de classe”; portanto, as “contradições de classe e a luta de classes”, se tornaram “o conteúdo de toda a história *escrita*, até nossos dias”, como diz Engels (2012, p. 19, grifo do autor).

Isto se dará a partir do *modo de produção escravista*, quando os indivíduos deixam de ocupar a mesma posição no processo de produção uma vez que as relações de produção se apresentam de forma antagônica: a presença do escravo, o produtor da riqueza, e do seu senhor, dono do produto do seu trabalho. Nesta sociedade, a propriedade comum se transformou em propriedade privada, passando a classe dominante a tornar patrimônio seu, tanto os produtos como os homens. Assim afirma Engels: “Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados” (2012, p. 203).

A partir daí, a humanidade passa a conhecer a divisão de classes, a existência de explorados/exploradores, dominados/dominadores. Lenin (apud PONCE, 2001, p. 22), ao perguntar-se “Que são as classes?”, apresenta a seguinte conceituação:

É o que permite a uma fração da sociedade apropriar-se do trabalho da outra. Se uma fração da sociedade apropriar-se de todo o solo, passaremos a ter a classe dos proprietários de terra e a classe dos camponeses. Se uma fração da sociedade possui as fábricas, as ações e o capital, enquanto a outra trabalha nessas fábricas, temos a classe dos capitalistas e a dos proletários.

A concepção de Marx e Engels segundo a qual o antagonismo de classes tem sido o motor da história até então, leva em conta tanto o fato de que embora cada sociedade apresente sua própria forma, existe algo de comum a todas elas: a exploração do homem pelo homem. Eles assim afirmam: “Quaisquer que tenham sido essas formas, a exploração de uma parcela da sociedade por outra é um fato comum a todos os séculos passados” (MARX; ENGELS 2008, p. 43).

Assim é que, apropriando-se do trabalho alheio, a classe dominante prossegue na história expropriando o produto do trabalho, mudando apenas sua “forma”, como no *modo de produção feudal*, cuja principal classe produtora da riqueza social é o servo.

Marx e Engels no *Manifesto Comunista* (2008, p. 9), atestam que com o surgimento do *modo de produção capitalista*, algo de peculiar se dá em relação aos demais modos de produção anteriores fundados na propriedade privada: as contradições de classes se expressavam numa complexidade de posições hierárquicas entre patrícios, plebeus e escravos na Antiguidade; na Idade Média, entre senhores feudais, vassalos, membros de corporações, artesãos e servos, enquanto o capital *simplificou* o antagonismo de classe: a burguesia e o proletariado.

O que se deve ter claro é que tanto a *complexa hierarquia* inerente às classes das sociedades antigas e medievais como a *simplificação* da sociedade capitalista não anulam o princípio ontológico de que em cada modo de produção sempre existiu entre as classes aquela que ocupava e ocupa uma função principal no processo produção da existência de toda uma sociedade por meio do trabalho. Marx, em *O capital*, entende que o trabalho:

é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente *comum a todas as suas formas sociais*. (MARX, 1996, p. 297, grifo nosso).

Essa atividade *comum a todas as formas sociais*, isto é, o trabalho, presente em todas as sociedades até então existentes, é o que explica tanto a gênese como o desenvolvimento do ser social. Lukács, na sua *Ontologia do ser social*, se empenhou em demonstrar com profundo rigor, a veracidade desta tese marxiana, ao resgatar a centralidade do trabalho.

Na Roma antiga, os patrícios, que eram os grandes proprietários de terras, enriqueciam às custas de impostos que eram cobrados dos plebeus, que eram pequenos proprietários (composto por artesãos, comerciantes e camponeses). Inicialmente livres, posteriormente os plebeus foram transformados em soldados dos exércitos nas guerras; ¹⁰ contraindo dívidas e mais dívidas, acabaram se tornando escravos de seus credores, os patrícios: “o devedor vendia os seus filhos como *escravos*, ou se vendia a si próprio, quando não os tinha. As dívidas se uniam à *guerra para aumentar o número de escravos*” (PONCE, 2001, p. 39, grifo do autor).

Marx, em *O capital* (1996, p. 255), esclarece que:

a luta de classe no mundo antigo apresenta-se principalmente sob a forma de uma luta entre credor e devedor e termina em Roma com a decadência do devedor plebeu, que é substituído pelo escravo. Na Idade Média essa luta termina com a decadência do devedor feudal, que perde seu poder político com sua base econômica. Contudo, a forma dinheiro — a relação entre credor e devedor possui a forma de uma relação monetária — somente reflete o antagonismo de condições de existências econômicas mais profundas.

Portanto, se não fossem os plebeus transformados em escravos, não seria possível a produção de riqueza necessária à existência daquela sociedade.

No período medieval, embora as classes se apresentassem como uma *complexa hierarquia*, o servo era a classe efetivamente produtora, aquela que realizava trabalho, a transformação da natureza visando à produção de bens necessários à existência humana.

Na sociedade moderna produtora de mercadorias, embora a *simplificação* (burguesia-proletário) seja um elemento de distinção em relação às classes sociais anteriores, isto não significa dizer que Marx e Engels não tenham identificado a existência de outras classes no capitalismo, como a classe média, considerada por eles conservadoras e não revolucionárias; além disso, eles diziam que as classes médias são também, reacionárias pois “tentam virar a roda da história para trás” (MARX; ENGELS, 2008, p. 26).

Vimos, em linhas gerais, a constituição histórica da categoria classe social. Passaremos, a seguir, ao exame da gênese da luta de classes. Quando teve início a luta de classes?

Gênese da luta de classes

Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista* (2008, p. 8, grifo nosso), sublinham que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das *lutas* de classe”. Losurdo tem razão

quando afirma que eles usam a expressão “lutas” no plural, porém discordamos de sua interpretação de que a expressão “lutas” significa a existência de três formas de luta de classe: 1) a opressão da mulher; 2) a luta entre burguesia e proletariado e 3) a batalha anticolonialista.

A contradição ontológica, fundamental, que se apresenta em todas as formações sociais fundadas na propriedade privada, é aquela que separa de um lado, os reais produtores¹¹ e, de outro, os administradores do processo socioeconômico.

A mulher oprimida é oprimida não por sua condição natural de pertencimento ao gênero feminino, mas por sua função na sociedade: por não possuir os meios de produção, por ser dona apenas de sua força de trabalho. Se a opressão da mulher constituiu uma primeira forma de luta de classe, quem foi o seu opressor? O homem? Então seria realmente a questão de gênero o critério decisivo para explicar a primeira forma de luta de classe entre homem e mulher?

Marx e Engels, na *Ideologia alemã*, analisando a gênese da propriedade, identificam que seu “núcleo”, sua “primeira forma”, encontra-se “na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família, embora ainda tosca e latente, é a *primeira propriedade*” (1987, p. 46, grifo nosso). E o que vem a ser propriedade? Eles perguntam e ao mesmo tempo respondem: “é o poder de dispor da força de trabalho de outros” (idem, p. 46).

Engels, na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, (2012, p. 203, grifo nosso) afirma que “Todo o excedente deixado agora pela produção pertencia ao homem; a mulher tinha participação no consumo, porém não na propriedade”. Como integrante do núcleo familiar, a mulher não era proprietária mas era consumidora, ou seja, os bens não lhe pertenciam, mas por fazer parte daquele núcleo familiar cujo proprietário era o marido, não ficava isenta de usufruir, de consumir. Só não podia ser proprietária. Vejamos a relação com o modo de produção capitalista, em que de forma nítida as duas classes fundamentais – burguesia e proletário – se apresentam. O excedente da produção pertence à burguesia que compra a força de trabalho do proletário e a consume; Marx diz que o capitalista compra

[...] no mercado todos os fatores necessários a um processo de trabalho, os fatores objetivos ou meios de produção e o fator pessoal ou a força de trabalho. Com o olhar sagaz de conhecedor, ele escolheu os meios de produção e as forças de trabalho adequados para seu negócio particular, fição, fabricação de botas etc. Nosso capitalista põe-se então a *consumir* a mercadoria que ele comprou, a força de trabalho, isto é, *ele faz* o portador da força de trabalho, o *trabalhador*, *consumir os meios de produção mediante seu trabalho*. (MARX, 1996, p. 303, grifo nosso).

Aqui se estabelece uma relação de controle, em que o capitalista *consome* a mercadoria que ele comprou: a força de trabalho, o trabalhador. É completamente diferente quando se trata da desigualdade entre o homem proprietário do excedente e a mulher consumidora da propriedade do marido. Este caso, embora evidencie uma linha tênue no tocante à relação opressor/oprimido, deve ser apreendido de forma diferente da questão da luta de classe. Não se tem registro, na história, de lutas de classes travadas entre homens e mulheres - ainda que se possa existir lutas entre governos opostos em que sejam liderados por um homem e por uma mulher -, mas entre proprietários e não proprietários. A luta da mulher pela sua

emancipação política até os dias de hoje, mesmo com todas as suas especificidades, não se situa no contexto da luta entre sexos opostos, mas engloba a luta de classes.

Entendemos, pelo exposto, que Marx e Engels não se referiram à questão da mulher como uma primeira forma de luta de classes, mas identificando na família a gênese da propriedade privada.

Quanto às lutas entre países colonizados e colonizadores, estas não serviram ao processo de acumulação primitiva do capital? O que esteve sempre em jogo não foram interesses contraditórios de classes?

Afirmar que na sociedade capitalista a principal contradição é a que se dá entre burguesia e proletariado não significa dizer que esta é uma análise ultrapassada, que desconhece as modificações do capitalismo na atualidade. Como afirma Lessa (2008, p. 25, grifo do autor), “tanto o trabalho como o processo de luta de classes, no processo de reprodução da sociedade, continuam existindo e com o mesmo estatuto ontológico, continuam existindo *na sua essência* tal como na ‘época de Marx’”. Burguesia e proletariado, capital e trabalho, se apresentam de maneira contraditória. O autor é incisivo ao dizer que “A luta de classes está aí, a classe operária está aí e a revolução continua atual” (idem, p. 42).

Somente as sociedades marcadas pela propriedade privada dão origem a classes sociais com interesses opostos, sendo, pois, impossível não resultar em lutas.

Em *O dezoito brumário de Luís Bonaparte* Marx, fazendo referência à constituição de uma classe, assinala o seguinte:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas *condições econômicas* que separam o seu *modo de vida*, os seus *interesses* e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, *formam uma classe*. [...] (MARX, 2011, p. 142-143, grifo nosso).

Portanto, nas sociedades historicamente constituídas sob a propriedade privada, os indivíduos têm apresentado modos de vida, condições econômicas, interesses e cultura distintos, o que as contrapõem como inimigas, com pertencimento a classes sociais radicalmente opostas, resultando na luta de classes.

De acordo com Ponce (2001, p. 38), a partir do século V a. C., o desenvolvimento do comércio exigiu duas inovações: a cunhagem da moeda para facilitar as trocas e o aperfeiçoamento dos aparelhos de navegação a fim de possibilitar o comércio marítimo, que contribuía para enriquecer a nobreza. O nobre, dono de muitas terras, emprestava dinheiro na forma de hipoteca e com isto, se apoderava mais e mais das terras alheias. O pobre que perdia suas terras, transformado em colono, deveria agradecer por ter a permissão de permanecer cultivando aquelas terras que um dia fora sua, na condição de doar “cinco sextos do seu trabalho” (ibidem, p. 38) para o novo proprietário. Ocorre que quando isto não era mais suficiente para cobrir o adiantamento recebido, este se transformava em escravo ou seus filhos. Toda a Antiguidade foi marcada pela “guerra do credor contra o devedor” (ibidem, p. 39). Aqui já se encontra uma classe dominante constituída pelo “Possuidor de terras, proprietário de escravos e guerreiro” (ibidem, p. 39).

Marx explica que a luta de classe entre credor e devedor atravessa a Antiguidade, em que a decadência do devedor nesta sociedade origina um novo devedor na Idade Média, tendo sua culminância

com a derrocada econômica e política do senhor feudal. Esta relação entre credor e devedor tem como característica uma relação monetária, constituindo o antagonismo econômico:

a luta de classe no mundo antigo apresenta-se principalmente sob a forma de uma luta entre credor e devedor e termina em Roma com a decadência do devedor plebeu, que é substituído pelo escravo. Na Idade Média essa luta termina com a decadência do devedor feudal, que perde seu poder político com sua base econômica. Contudo, a forma dinheiro — a relação entre credor e devedor possui a forma de uma relação monetária — somente reflete o antagonismo de condições de existências econômicas mais profundas. (MARX, 1996, p. 255).

A análise de Ponce nos leva a inferir que a gênese da luta de classes se encontra na relação entre credor e devedor na história antiga. Contudo, para evitar cair numa imprecisão ontológica, tão comum nas análises atuais que obscurecem a relação dialética entre produção e circulação, levando a situar o credor no processo de produção e o devedor na esfera da circulação do dinheiro, isto é, da troca, inclusive ao ponto de defenderem a centralidade do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, é preciso acentuar, mais uma vez, que o credor é o possuidor de terras, o proprietário de escravos, enquanto o devedor é o escravo. Portanto, trata-se de uma classe produtora, de um lado, e de uma classe que vive e se beneficia do produto da força de trabalho.

Nos anos 640 a. C as contradições de classe já se evidenciavam ao ponto de resultar na luta de classes, como se deu entre os camponeses de Megara, que tinham seus bens espoliados, contra os grandes proprietários (PONCE, 2001, p. 39).

Ponce observa que no século VI a. C, adjetivos como “bom” e “mal” estavam longe de expressar um valor moral, pois designavam as classes superiores e inferiores.

A gênese da luta de classe coincide com a origem das sociedades de classe, entretanto isto não significa dizer que esta luta era consciente.

No *Manifesto do Partido Comunista* Marx e Engels consideram que o processo de desenvolvimento do proletariado e sua luta contra a burguesia se deu em diversas etapas. Inicialmente suas lutas têm uma dimensão muito particular, quando começam lutando individualmente; depois lutam como operários de uma fábrica e, em seguida, por ramos de produção, contra um único burguês. Nesta luta, eles se defrontam não

apenas contra as relações burguesas de produção, mas contra os próprios instrumentos de produção; destroem as mercadorias concorrentes vindas de fora, depredam as máquinas, incendiam as fábricas, procuram reconquistar a posição perdida do trabalhador na Idade Média. (MARX; ENGELS, 2008, p. 22).

Nesta fase histórica de desenvolvimento das duas classes antagônicas, a luta do proletariado ainda não se apresenta para ele de forma clara, pois ainda não sabe quem efetivamente é o seu inimigo.

A expansão industrial, que em consequência aumenta a massa do proletariado, fez com que aquelas lutas tomassem um caráter de classe, superando as lutas individuais. Na luta contra a burguesia, os trabalhadores criam associações, organizações de classe para lutar a fim de assegurar seu salário.

Marx usa a expressão classe em si, para designar a função do indivíduo no processo de produção, à sua existência econômica; e classe-para-si, isto é, a consciência do seu papel histórico como

classe, que segue um longo percurso que embora já se faça presente nas entranhas da sociedade capitalista, só vai desabrochar com a superação dos resquícios do *ancien régime*.

No Posfácio da segunda edição de *O capital*, Marx assinala que no período de 1820 a 1830, o capitalismo, com sua grande indústria, estava saindo de “sua infância” e apenas com a crise de 1825 é que se “inaugura o ciclo periódico de sua vida moderna”. Neste contexto, a luta de classes entre capital e trabalho ainda não era determinante, ficando “restrita a segundo plano”. No plano político, a luta se dava “entre os governos e interesses feudais agrupados em torno da Santa Aliança e a massa popular conduzida pela burguesia”; e no econômico, se dava uma “disputa do capital industrial com a propriedade aristocrática da terra, que se escondia, na França, atrás da oposição entre minifúndio e latifúndio e que, na Inglaterra, irrompeu abertamente desde as leis do trigo”.

Marx assinala que somente a partir da conquista do poder político na França e na Inglaterra pela burguesia, é que “a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras”, fazendo:

soar o sino fúnebre da economia científica burguesa. Já não se tratava de saber se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. No lugar da pesquisa desinteressada entrou a espadacharia mercenária, no lugar da pesquisa científica imparcial entrou a má consciência e a má intenção da apologética. (MARX, 1996, p. 134-135).

Um dos maiores e últimos representantes da Economia Política clássica, David Ricardo, levou em consideração a luta de classes, conforme observa Marx, ao afirmar que o “ponto de partida de suas pesquisas” era “a contradição dos interesses de classe, do salário e do lucro, do lucro e da renda da terra”. No entanto, Ricardo entendia que a contradição entre as classes era inerente a “uma lei natural da sociedade”. Por isto a economia política burguesa apresenta “limites intransponíveis” (idem, p. 135).

As análises que pretendem fazer um “retorno” à categoria luta de classes resultam no descrédito na revolução, na possibilidade de uma sociedade para além do capital. Losurdo, embora identificado como pensador marxista, desloca a centralidade do trabalho para a política, cabendo a esta última definir se um país é ou não capitalista, como exemplifica o caso da China na citação abaixo. Como resultado disso, acaba admitindo que o socialismo não passa de uma ilusão do passado, conforme veremos nesta sua afirmação:

Se por capitalismo entendemos o sistema em que o poder é exercido pela burguesia, certamente a China não é um país capitalista, pois o poder está estritamente nas mãos do Partido Comunista. A expropriação política da burguesia foi realizada completamente, enquanto a econômica não, pelo fato de suas capacidades empreendedoras terem sido consideradas úteis, nessa fase histórica, para perseguir os objetivos de interesse geral. Portanto, sugiro aceitar a autodefinição que os dirigentes locais adotaram: a China se encontra no estágio primário do socialismo, que acabará em 2049, centenário da República Popular. *Admito ter compartilhado as ilusões do passado*, quando as certezas alimentadas pela filosofia da história garantiam a inevitável vitória do socialismo. *Agora não acredito mais nisso*, mas afirmar que na China o capitalismo venceu para sempre é uma colossal besteira. Palavra de historiador.¹²

Aqui bastaria, para contrapor seus argumentos,¹³ mencionar Mészáros em *Para além do capital*, quando afirma categoricamente que as sociedades pós-revolucionárias não eliminaram o tripé capital,

trabalho e Estado, indispensáveis à superação da sociedade burguesa, da existência de classes. O autor esclarece que “a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente *econômico*, não político” (2000, p. 576, grifo do autor).

Losurdo critica o pensamento de Simone Weil por considerar que a luta de classes para ela compreende uma única contradição: “aquela que contrapõe os ricos e os pobres, os poderosos e os humildes”.¹⁴ Marx, na sua análise sobre o caráter contraditório da sociedade capitalista, não se referiu aos pares contrários riqueza/pobreza, rico/pobre, termos amplos que não reenviam ao estatuto ontológico das categorias burguesia e proletariado. Ser rico não significa necessariamente ser capitalista, como também ser pobre não significa ser proletário;¹⁵ tal associação acaba deformando a essência do pensamento marxiano.

Em *O capital*, Marx afirma que o modo de produção capitalista é inaugurado com a transformação do homem em mercadoria:

O que, portanto, caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho. (MARX, 1996, p. 288).

O dinheiro é necessário para a aquisição de mercadorias, contudo, Marx demonstra no Capítulo IV “A transformação do dinheiro em capital”, que embora o “seu bolso” seja o “ponto de partida e de retorno do dinheiro”, é preciso que se dê a transformação do dinheiro em capital. E esta é a condição ontológica para a existência real do capitalista: seu dinheiro precisa estar a serviço da “valorização do valor”:

Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação — a valorização do valor — é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. [...]. (idem, p. 273).

Precisando ainda mais a função ontológica do capitalista, Marx faz a distinção entre aquele que, de forma isolada, busca apenas o aumento de seu dinheiro, a exemplo do entesourador, e o capitalista; enquanto o primeiro se contenta apenas em poupar, o segundo, mais “esperto” e de forma racional, se insere num contínuo processo de circulação:

O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho. Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação, é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação. (idem, p. 273).

Com a consolidação do modo de produção capitalista, possuir dinheiro para entesourar já não é mais suficiente; agora com o dinheiro é possível comprar uma mercadoria tão especial que deixa seu possuidor todo “satisfeito e ávido por negócios”:

O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o — curtime. (idem, p. 304).

Assim, como o capitalista possui dinheiro para comprar as mercadorias necessárias ao processo de produção, nada mais “natural” que o produto daí resultante lhe pertença:

O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adegã. (idem, p. 304).

Nesta sociedade, não basta apenas ter dinheiro para que se dê a dominação de uma classe pela outra. Como analisam Marx e Engels,

A condição essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a concentração de riqueza nas mãos de particulares, a formação e multiplicação do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. (2008, p. 30).

Os autores chamam a atenção para o caráter social da produção capitalista ao evidenciarem que “O capital não é, portanto, uma força pessoal; é uma força social”. Sendo assim, “ser capitalista não significa apenas ocupar uma posição pessoal, mas antes de mais nada uma posição social na produção” (idem, p. 33). E nesta relação social, eles perguntam: “[...] o trabalho do proletário cria propriedade para ele? De modo algum” (idem, p. 33).

As funções de ambas as classes no sistema do capital caracterizam uma contradição e seus objetivos também divergem essencialmente, pois, conforme Marx esclarece em *O capital* (1996, p. 304), o capitalista busca alcançar dois objetivos: 1) “produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria”, e 2) “produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado” Por ter adiantado seu dinheiro, o capitalista considera natural que o produto seja propriedade sua. Por isto, de maneira cínica, buscando se justificar, ele indaga:

Deveria o trabalhador, com seus próprios membros, criar no éter figurações de trabalho, produzir mercadorias? Não lhe deu ele a matéria, com a qual e na qual pode dar corpo a seu trabalho? Sendo a maior parte da sociedade constituída dos que nada têm não prestou ele um serviço inestimável à sociedade com seus meios de produção, seu algodão e seus fusos, e também ao próprio trabalhador, ao qual forneceu ainda meios de subsistência? Não deve ele apresentar a conta por tal serviço? (MARX, 1996, p. 310).

A isto, Marx (idem, ibidem) responde o seguinte: mas “não prestou-lhe o trabalhador em contrapartida o serviço de transformar algodão e fuso em fio?”.

Voltando à questão da expressão “lutas” de classes, entendemos que seu uso por Marx e Engels remete às formações sociais, em que cada uma delas, embora com suas próprias classes, na sua essência, possui algo em comum: condições de existências econômicas antagonicas.

É necessário resgatar as ideias de Marx sobre a luta de classes para analisar a sociedade hodierna, trazendo à tona suas posições claras, cristalinas e atuais, como aquelas assinaladas na “Mensagem do

Comitê Central à Liga dos Comunistas”, circular divulgada em março de 1850 por ele e Engels, em que defendiam que a “única classe decididamente revolucionária [é] o proletariado” (MARX, 2010, p. 57). E esclarecendo o objetivo do proletariado no processo de luta de classes, afirmaram:

não se trata de modificar a propriedade privada, mas de aniquilá-la, não se trata de camuflar as contradições de classe, mas de abolir as classes, não se trata de melhorar a sociedade vigente, mas de fundar uma nova. (MARX; ENGELS, 2010, p. 64).

A descoberta por Marx do papel do proletariado no processo de transformação da sociedade encontra-se nas obras *Introdução à crítica à Filosofia do Direito de Hegel* e *A questão judaica*. Alguns autores como Jacob Gorender (1996),¹⁶ José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira (1987),¹⁷ entre outros,¹⁸ consideram que estas obras marcam a virada de perspectiva de Marx para o comunismo.¹⁹

A Revolução Industrial na Inglaterra e em curso nos demais países da Europa ocidental levou Marx a refletir sobre a luta de classes vislumbrando o papel da classe operária na luta pela conquista de aumento salarial. Na obra *Salário, preço e lucro*, escrita em 1849, entre fins de março e início de abril, com base em notas redigidas em dezembro de 1847, o autor se debruça sobre o conceito de salário, sua forma de determinação e o preço da mercadoria.

Marx enfrentou duas teses sobre salários predominantes entre os economistas e os sindicalistas, a de Lassalle e a John Stuart Mill. O primeiro, defensor da lei de “ferro” ou de “bronze”,²⁰ afirmava que os salários deviam cair até o ponto de atingirem o mínimo de subsistência física dos trabalhadores; e a de John Stuart Mill, que argumentava ser impossível obter maiores salários reais por meio do aumento dos salários nominais²¹ tendo em vista a existência de um fundo pré-fixado para os salários.

Em *Crítica ao Programa de Gbota* (2012), Marx critica a tese lassaleana, afirmando que “Superando-se o trabalho assalariado, é claro que se superam também suas leis, sejam elas ‘de bronze’ ou de esponja” (2012, p. 37). Ele ainda afirma que se esta teoria estiver certa, “então mesmo que eu supere cem vezes o trabalho assalariado, ainda assim *não* poderei superar a lei, pois esta rege não apenas o sistema do trabalho assalariado, mas *todo* sistema social” (2012, p. 38, grifo do autor).

As abordagens sobre a luta de classes, as de Marx e as dos seus comentadores, a exemplo de Losurdo e outros, exercem um papel importante sobre a educação, como veremos a seguir.

Educação e luta de classes

Na primeira parte deste artigo, o fio condutor que direcionou e sustentou as análises apresentadas é a centralidade do trabalho, da produção, numa tentativa de resgatar o pensamento marxiano, em contraposição aos pensadores atuais que, embora identificados como marxistas, buscam a superação destas categorias como *momento predominante*.

De que forma a educação se insere no âmbito deste debate? Se o objetivo da burguesia, como foi dito anteriormente, consiste em produzir mercadorias com fins lucrativos, o que isto tem a ver com a educação? Em outras palavras, a burguesia tem interesse pela educação? Como se situa a educação no contexto da luta de classe?

A recuperação histórica da educação nos modos de produção indica que em todos eles, se dá uma relação entre educação e trabalho, sem que a educação seja redutível ao trabalho e com conteúdos radicalmente distintos quando se trata daquelas sociedades sem classe e daquelas que criaram a divisão de classes.

No modo de produção comunal, a educação estava ligada à vida dos indivíduos da mesma forma que o trabalho, mas sua função não coincidia com a do trabalho: a aprendizagem era necessária para que a criança, desde cedo, se educasse para ir “tomando parte nas funções da coletividade” (PONCE, 2001, p. 19). Nesta sociedade, a escola não existia já que não era necessária pois “*a educação na comunidade primitiva era uma função espontânea da sociedade em conjunto, da mesma forma que a linguagem e a moral*” (idem, p. 19, grifo do autor).

Uma vez que todos os indivíduos ocupavam a mesma função social na produção, todos se educavam igualmente. Portanto, o *dever ser*, “a raiz” da atividade educativa, se apresentava à criança desde seu nascimento. Como enfatiza Ponce (2001, p. 21), “antes de a criança deixar as costas da sua mãe, ela já havia recebido, de um modo confuso, certamente, mas com relevos ponderáveis, o ideal pedagógico que o seu grupo considerava fundamental para a sua própria existência” (p. 21). E que ideal pedagógico era este? Era necessário formar na criança “o sentimento mais profundo de que não havia nada, mas absolutamente nada, superior aos interesses e às necessidades da tribo” (p. 21). E como a base de sustentação daquela sociedade era a propriedade social coletiva, os interesses e necessidades reenviavam sempre para o coletivo.

Diferentemente, quando surge a sociedade de classe, cuja base é a propriedade privada, o ideal pedagógico torna-se compatível aos fins almejados pela estrutura de classe de modo que aquela função espontânea da educação já não mais era compatível com as sociedades de classe.

Com o surgimento do modo de produção escravista, agora se apresenta aos indivíduos o “*poder do homem sobre o homem*” (PONCE, 2001, p. 26), trazendo implicações para a educação pois a desigualdade econômica, o surgimento de interesses distintos, resultaram na desigualdade educacional. Com isto, não apenas a riqueza gerada foi apropriada de forma privada, mas também as aprendizagens que os indivíduos deveriam adquirir foram repartidas, selecionadas pela classe dirigente, que passaram a definir, de acordo com seu critério de classe dominante, que conhecimentos, técnicas, rituais, crenças, os indivíduos deveriam se apropriar.

No contexto desta estrutura social, diferentemente da sociedade anterior, agora o conhecimento necessário para o desempenho de determinadas funções passou a ser “*fonte de domínio*” em que

[...] as funções de direção passaram a ser patrimônio de um pequeno grupo que defendia ciumentamente os seus segredos. *Para os que nada tinham, cabia o saber do vulgo; para os afortunados, o saber de iniciação.* (PONCE, 2001, p. 26-27, grifo do autor).

A substituição daquela concepção de mundo da sociedade primitiva – mística e natural, em que circulam forças difusas -, pela concepção ligada às classes sociais, tem como postulado a submissão e crença ligada à essência das classes: a vida após a morte é um privilégio apenas das classes dominantes: “Ao plebeu, caberá depois da morte um destino sombrio, ao passo que as almas dos nobres e dos caciques

subirão até os deuses”; “[...] *só os nobres têm alma imortal. Para os outros, tudo termina com a morte*” (GRAEBNER, apud PONCE, 2001, p. 28, grifo do autor).

Esta nova sociedade fundada na propriedade privada, ao transformar os indivíduos entre aqueles que trabalham e aqueles que não trabalham, faz surgir o ócio. E como os indivíduos que vivem o ócio fazem para ocupar seu tempo? Como estas classes têm tempo disponível, buscam refletir sobre seus interesses, adquirindo assim, em relação às classes oprimidas, “*uma consciência mais clara de si próprias*” (PONCE, 2001, p. 36, grifo do autor) e, com isto, passam a definir melhor seus objetivos, sua própria educação e aquela destinada às demais.

Ponce assinala que a eficácia de toda educação a cabo das classes dominantes cumpre, necessariamente, três objetivos:

1º destruir os vestígios de qualquer tradição inimiga; 2º consolidar e ampliar a sua própria situação de classe dominante, e 3º prevenir uma possível rebelião das classes dominadas. (PONCE, 2001, p. 36).

Portanto, a nova sociedade que surge, em substituição à sociedade primitiva, busca superar os ideais pedagógicos da anterior, impondo as ideias da classe dominante, sendo vigilante ao cumprimento de seus objetivos.

Agora, temos uma sociedade em que os ideais se mostram distintos e a classe dominante busca fazer com que a classe dominada aceite sua condição social, a educação desigual, como algo natural e contra o qual não se pode rebelar.

Esta marca decisiva da educação nas sociedades de classes, embora com especificidades próprias de cada sociedade, acompanha o longo processo de desenvolvimento social. E isto vem acompanhado, é verdade, do processo de desenvolvimento produtivo e da luta de classes. Para que esta relação entre sistema de produção, trabalho e educação fique mais clara, convém fazer referência ao movimento que surge no século V a. C, contra a educação destinada à nobreza proprietária de terra e escravos, baseada no desprezo pelo trabalho e comércio, sendo o “ócio digno” o ideal da existência daquela classe.

Com o desenvolvimento do comércio e com ele o surgimento de uma classe de comerciantes até então desprezada, algumas mudanças foram sendo introduzidas no processo de acumulação da riqueza, trazendo à tona novos desafios. A necessidade de manutenção da apropriação da riqueza pela nova classe dirigente requiritava uma nova educação, que superasse aquela proposta pelos senhores de terras e escravos; o novo ideal pedagógico, tendo a classe dos comerciantes e industriais, lançava uma nova compreensão de vida, sem desprezo ao trabalho como até então se dava, conforme demonstra Platão, ao fazer referência a Sócrates, que “exaltava também as virtudes do trabalho”:

Nas *Memorables* aconselha a Aristarco, que vive na miséria, a que se decida a trabalhar como artesão ‘Quais são os homens mais sábios – pergunta-lhe Sócrates – os que permanecem no ócio, ou os que se ocupam com coisas úteis? Quais são os mais justos, os que trabalham, ou os que, sem nada fazer, discutem a respeito dos meios de subsistência?’ (PONCE, 2001, p. 53).

Mas enquanto Platão defendia que a capacidade de pensar e “entrever as ideias eternas” (PONCE, 2001, p. 89) era restrita apenas a uma minoria da sociedade, isto é, os nobres, Sócrates, ao

contrário, dizia que isto era comum a todos, bastando apenas “dialogar com destreza para ensinar os homens a tirarem conclusões” (PONCE, 2001, p. 54).

Na visão de Platão, a educação deveria formar indivíduos obedientes, com base em três virtudes correspondentes às classes, a fim de assegurar a justiça. Assim, caberia formar os filósofos para a *sabedoria*; os guerreiros para a *força* e os trabalhadores para a *prudência*. Só mediante o equilíbrio entre as virtudes próprias a cada classe, a sociedade poderia garantir a justiça e não enfrentar dificuldades. Com isto, ele defende que “os filósofos pensem, que os guerreiros lutem, que os trabalhadores trabalhem para os filósofos e os guerreiros” (PONCE, 2001, p. 58). Assim, enquanto os filósofos dirigiam a sociedade e os guerreiros a protegiam, os escravos, por sua vez, não tinham condições de estudar e trabalhar porque precisavam assegurar a existência de toda a sociedade.

Com o apogeu do modo de produção escravista e a entrada em cena do modo de produção feudal, a finalidade da educação, mediante a constituição das novas classes, se volta para a instrução e a pregação. A cargo da igreja, enquanto a educação de classe buscava, de um lado, “*familiarizar as massas camponesas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas*” (PONCE, 2001, p....) sem que se ensinasse a classe trabalhadora a ler e escrever, de outro, se voltava para a instrução, que se destinava à formação de monges. É por esta razão que

Durante a Idade Média, todos os que tinham interesses culturais e que não eram filhos de servos só poderiam satisfazer a sua curiosidade intelectual entrando para um convento, isto é, isolando-se do resto do mundo, levantando uma muralha entre a sua cultura e a ignorância das massas. (PONCE, 2001, p. 90).

Com o surgimento do modo de produção capitalista a educação, voltada para a formação das classes antagônicas, se viu em meio a uma série de polêmicas. Voltaire, representante da burguesia e nobreza letrada, dizia que a “canalha” era “indigna” de ser esclarecida; Diderot, defensor dos interesses dos artesãos e operários, exigia a educação para todos por conta do Estado; Bacon, com sua afirmação de que “o poder aumenta com os conhecimentos”; Locke falava da inutilidade do ensino de latim para “homens que vão trabalhar em oficinas” (p. 126); Rousseau²² se voltava não para a formação da massa, mas de um indivíduo que tivesse condições de contratar um preceptor, com sua proposta burguesa de formar o homem pleno, livre. Mas estas ideias não eram dicotômicas, ao contrário, se fortalecendo umas às outras, convergiram para o ideal pedagógico da burguesia: “*Formar indivíduos aptos para a competição do mercado*” (p. 136).

Para além de uma interpretação meramente subjetivista bastante predominante no debate atual de que a burguesia nega a educação ao povo porque tem medo que ela tome o poder,²³ a oferta da educação escolar para o povo pela burguesia é inerente ao processo de desenvolvimento capitalista pois “A classe que domina materialmente é também a que domina com a sua moral, a sua educação e suas ideias” (PONCE, 2001, p. 169).

Neste sentido, sendo a burguesia a classe que se apropria da riqueza produzida e da cultura, que tipo de educação ela possibilita à classe trabalhadora, a não ser “a superstição religiosa e um saber bem dosado?” (PONCE, 2001, p. 1172).

Concluindo, a superação das classes sociais, da luta de classes e, por conseguinte, da desigualdade na educação, só pode se efetivar com a transformação radical da sociedade. Algum leitor poderá retrucar, insinuando que isto não passa de mera utopia, endossando assim, a posição daqueles autores, a exemplo de Losurdo, segundo a qual a perspectiva revolucionária ficou no passado. Acreditamos, assim como Rosa Luxemburgo e Mészáros, que as alternativas postas atualmente para a humanidade se resumem ao socialismo e à barbárie. O dever ser da sociedade para além do capital além de ser uma necessidade crucial nos dias de hoje, é uma possibilidade que se apresenta como alternativa histórica e real. E a educação, embora limitada pela natureza de sua função social no processo de reprodução social, isto é, por não assumir a posição social de sujeito principal no processo de transformação social, tem, sem dúvida, um papel importante a desempenhar.

Referências

- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. Trd. Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LEACOCK, Eleanor Burke. Posfácio: introdução à edição estadounidense. Trad. Maria Gabriela Guilen Carías. In: ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. Trad. Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 225-302.
- LENIN, V. I. Escritos. In: **As classes sociais no capitalismo**. ILAESE – Instituto Latino- Americano de Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Sundermann, 2005.
- _____. Estado e revolução. In: V. I. Lenine. **Obras escolhidas em três tomos**. Tomo 2. Trad. Instituto de Marxismo-Leninismo. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 218-317.
- LESSA, S. Trabalho e luta de classes na “sociedade do conhecimento”. In: JIMENEZ, S.; OLIVEIRA, J. L.; SANTOS, D. (Orgs.). **Marxismo, educação e luta de classes**. Fortaleza: EdUECE/IMO/SINTSEF, 2008, p. 25-43.
- LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.
- LOSURDO, D. **A luta de classes explica o mundo**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/853/a-luta-de-classes-explica-o-mundo-2987.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- LOSURDO, D. **Domenico Losurdo e o “retorno” da luta de classes**. Disponível em: <<http://www.zereinaldo.blog.br/index.php/146-domenico-losurdo-e-o-retorno-da-luta-de-classes>>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Trad. C. N. Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Volume 1, livro primeiro O processo de produção do capital, tomo 1 (prefácios e capítulos i a xii). Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

- MARX, K. Trabalho assalariado e capital. In: **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 31-67.
- MARX, K. **Trabalho assalariado e capital**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- MARX, K. **Crítica ao Programa de Ghota**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K; ENGELS, F. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K; ENGELS, F. Carta a Weydemeyer. In: **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, vol. 3, s/d, p. 253-254.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. José Carlos Bruni, Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo à teoria de transição**. Trad. Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ORSO, José Paulino. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In: ORSO, José Paulino; GONÇALVES, S. R.; MATOS, V. M. (Orgs.). **Educação e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 49-63.
- PONCE, A. **Educação e luta de classes**. Trad. José Severo de Camargo Pereira. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano. **Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. São Paulo: Alfa-Omega, 2009.

Notas:

- ¹ Palestra realizada no VII Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo (EBEM), no dia 04/05/2016, na Universidade Federal do Pará, em Belém.
- ² Professora Adjunto do Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas. E-mail: edna_bertoldo@hotmail.com
- ³ A expressão é título da entrevista “Domenico Losurdo e o “retorno” da luta de classes”, feita por Paolo Ercolari, para a revista italiana *Critica Liberale*. Cf. <http://www.zereinaldo.blog.br/index.php/146-domenico-losurdo-e-o-retorno-da-luta-de-classes>
- ⁴ O autor recentemente publicou no Brasil, pela editora Boitempo, o livro *A luta de classe - uma história política e filosófica*.
- ⁵ Cf. <http://www.cartacapital.com.br/revista/853/a-luta-de-classes-explica-o-mundo-2987.html>
- ⁶ Joseph Weydemeyer (1818-1866) foi membro da Liga dos Comunistas, tendo participado do movimento operário americano e alemão.
- ⁷ De acordo com Lenin (1978, p. 752), Franz Mehring (1846-1919) é uma “destacada figura do movimento operário alemão, dirigente e teórico da ala esquerda do Partido Social-Democrata Alemão. Desempenhou um papel de relevo na fundação do Partido Comunista da Alemanha”.
- ⁸ Como veremos adiante, ele diz que o economista burguês David Ricardo reconheceu a existência de classes.
- ⁹ É importante assinalar que o excedente não é a causa da existência da propriedade privada, mas sua forma privada de apropriação.
- ¹⁰ “A guerra, feita anteriormente apenas para vingar uma agressão ou com objetivo de ampliar um território que se tornara insuficiente, era empreendida agora sem outro propósito que o do saque, e se transformou em um negócio regular” (ENGELS, 2012, p. 206-207).
- ¹¹ Mézszáros chamou a atenção para a falsificação do uso desta categoria em *Para além do capital* pois muitas vezes tem sido atribuída ao capitalista. Ele tem toda razão, pois é ilustrativo o caso do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas: produtores, aqui, são os usineiros!
- ¹² Cf. <http://www.cartacapital.com.br/revista/853/a-luta-de-classes-explica-o-mundo-2987.html>. (grifo nosso).
- ¹³ Por falta de espaço, não será possível tratar aqui da excelente análise de Ivo Tonet e Adriano Nascimento sobre a questão na obra *Descaminhos da esquerda - da centralidade do trabalho à centralidade da política* (2009), que defendem uma posição semelhante a de Mézszáros.
- ¹⁴ Cf. <http://www.zereinaldo.blog.br/index.php/146-domenico-losurdo-e-o-retorno-da-luta-de-classes>

-
- ¹⁵ A identificação do professor como proletário devido suas condições de rebaixamento salarial, é predominante nas análises no campo da educação. Para uma análise da questão, sugerimos a leitura do artigo “*Trabalho docente e luta de classes*”, da autoria de Bertoldo e Santos (Instituto Lukács, 2012). Uma análise criativamente aprofundada, em que resgata a classe proletária em Marx, encontra-se no brilhante livro de Sergio Lessa *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (Cortez, 2007).
- ¹⁶ Ele escreve na Apresentação de *O capital* (Editora Nova Cultural, 1996): “Os *Anais Franco-Alemães* (assim intitulados com o objetivo de burlar a censura prussiana) estamparam dois ensaios de Marx: a *Introdução à Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* e *A Questão Judaica*. Ambos marcam a virada de perspectiva, que consistiu na transição do liberalismo burguês ao comunismo”.
- ¹⁷ Cf. *A ideologia Alemã*, 1987, p. 48-49.
- ¹⁸ Ivana Jinkings e Marcelo Backes, em Nota à edição da *Crítica da Filosofia do direito de Hegel* (Boitempo, 2010, p. 8), afirmam que a *Introdução à Crítica da Filosofia do direito de Hegel* “representa uma ruptura de Marx com seu próprio pensamento inicial, ruptura esta na *Crítica de 43* é apenas anunciada”.
- ¹⁹ José Paulo Netto, comentando a obra *Para a questão judaica* (Expressão Popular, 2009), afirma que em 1843, Marx ainda não tinha uma posição “revolucionário-proletária”, se apresentando ainda como um “democrata radical que faz a crítica do liberalismo”. Contudo, sua crítica “avança numa direção metodologicamente correta”, citando, a exemplo, sua análise da relação entre emancipação política e emancipação humana.
- ²⁰ O termo “bronze”, usado por Lassale, vem de um poema de Goethe, “O divino”, que diz: “Por eternas leis, Grandes e de bronze, Temos todos nós De fechar os círculos Da nossa existência”.
- ²¹ Salário nominal é o preço em dinheiro do trabalho; a soma em dinheiro pela qual o operário se vende ao capitalista.
- ²² Seu livro *O Emílio ou da educação*, escrita em 1759, apresenta a sua concepção de educação a partir do personagem Emílio que, vivendo de rendas, era rico o suficiente para pagar seu preceptor.
- ²³ Luís Inácio Lula da Silva, operário de origem, tornou-se poder sem ter galgado o longo caminho necessário à apropriação de conhecimento no âmbito da escolaridade.

Recebido em: 04/-7/2016

Acesso em: 08/2016